

Jornalistas Intimidadas: Dados de Violência Moral na Região Sul do Brasil¹

Guilherme CARVALHO²
Monique Ryba PORTELA³
Universidade Federal do Paraná, Paraná, PR

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar dados que apontem elementos para a reflexão sobre a mulher jornalista nas redações, indicando que quando se trata de violência moral, a jornalista mulher está mais exposta do que o jornalista homem. Os dados foram obtidos a partir de um *survey* online aplicado a jornalistas de todo o Brasil, entre setembro de 2015 e março de 2016, no qual se buscou mensurar em que grau a imprensa brasileira é controlada e censurada por fatores alheios à atividade jornalística. Os dados coletados foram desagregados por gênero e estado e associados ao debate sobre assédio moral contra mulheres, especificamente nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

PALAVRAS-CHAVE: Assédio; Gênero; Jornalistas; Sul; *Survey*.

INTRODUÇÃO

Com base nos últimos 5 anos, o Brasil ocupa a sexta posição entre os países mais letais para exercer a profissão de jornalista, de acordo com o relatório anual da ONG Press Emblem Campaign⁴. A questão tange, em primeiro lugar, o âmbito pessoal: há apreensão quanto ao comprometimento da integridade não só física, mas também mental e moral de um indivíduo cuja atividade profissional apresenta riscos particulares. Depois, a violência contra jornalistas apresenta-se também como uma questão coletiva, pois implica em uma obstrução ao princípio ético de direito ao acesso à informação. Além de um dever profissional e basilar para o direito de todo cidadão, este princípio é fundamental à democracia. Existe na violência contra jornalistas, portanto, uma ameaça ao funcionamento do próprio sistema democrático, que tem na comunicação de massa — esta exercida pelas grandes mídias generalistas e cujo agente central é o jornalista — um de seus pilares (WOLTON, 2000).

¹ Trabalho apresentado no II 1 – Jornalismo do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul realizado de 26 a 28 de maio de 2016.

² Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo da UFPR. email: guilhermegdecarvalho@hotmail.com

³ Estudante de Graduação. 5º semestre do curso de Comunicação Social - Jornalismo da UFPR, email: moniquerportela@gmail.com

⁴ PRESS EMBLEM CAMPAIGN. Anual Report. Suíça, 2015. Disponível em: <http://www.presseblem.ch/10399.html>

A violência, porém, não atinge todos os profissionais de uma mesma forma e intensidade. De acordo com o relatório sobre violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil (FENAJ, 2015), os casos de violência física ocorreram majoritariamente contra homens — foram 105 homens em comparação a 19 mulheres. Mas quando outros tipos de violência são incluídos, sejam elas de caráter patrimonial, sexual, moral ou psicológico, as mulheres são, historicamente, o principal alvo.

A partir da visão de que violência engloba agressão verbal (xingamentos, ameaças, ofensas), agressão física, assédio moral e sexual, o Grupo de Pesquisa Comunicação e Democracia da Universidade Federal do Paraná incluiu questões que envolvem a temática da violência em sua pesquisa de *survey* sobre liberdade jornalística, pesquisa ampla na qual se buscou mensurar em que grau a imprensa brasileira é controlada e censurada por fatores alheios à atividade jornalística.

A aplicação do questionário ocorreu entre os dias 2 de setembro de 2015 e 4 de março de 2016, por meio de formulário *online* amplamente divulgado por meios digitais como Facebook, *sites* e *newsletters* de sindicatos de jornalistas de diversos estados. As repostas foram cedidas de maneira anônima e cada entrevistado deveria responder a 50 questões. A pesquisa teve o intuito de atingir 2800 jornalistas de todo o país que trabalham ou trabalharam nos últimos cinco anos em canais de televisão, rádio ou jornais impressos, excluindo a parcela de profissionais que trabalham como assessores de imprensa, bem como estudantes.

O objetivo deste artigo é apresentar dados que apontem elementos para a reflexão sobre a mulher jornalista nas redações, indicando que quando se trata de violência moral, a jornalista mulher está mais exposta do que o jornalista homem. Para isso analisados os dados dos três estados da região sul do país — Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

A porcentagem de repostas femininas obtidas pela pesquisa para as questões apresentadas neste artigo ficam entre 52% e 53%, logo, a pouca diferença entre repostas de homens e mulheres não prejudicam a análise.

Este trabalho faz parte de um projeto de pesquisa intitulado Comunicação e Democracia, desenvolvido por pesquisadores de graduação, mestrado e doutorado da Universidade Federal do Paraná. O projeto conta com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).

A MULHER NAS REDAÇÕES DOS JORNAIS

A potiguar Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810 - 1885), pseudônimo de Dionísia Pinto Lisboa, foi a primeira mulher a ter textos publicados em jornais brasileiros, além de ser considerada uma das primeiras feministas do país. Em 1831, Nísia estreou como colaboradora do jornal “Espelho das Brasileiras”, escrevendo textos críticos sobre a condição da mulher na sociedade. A partir da primeira metade do século XIX já se constata a existência de periódicos voltados ao público feminino, mas os assuntos abordados eram predominantemente apolíticos, como moda, beleza e lazer, além de serem dirigidos por homens.

O primeiro jornal redigido e dirigido por uma mulher foi o “Belona Irada contra os Sectários de Momo” (1833 - 1834), fundado pela poetisa e educadora Maria Josefa Barreto Pereira Pinto, em Porto Alegre. Mas são poucos os registros sobre este periódico de cunho político. A maior parte da literatura considera Joana Paula Manso de Noronha como a primeira jornalista mulher do país. A argentina erradicada no Brasil fundou em 1852 o “Jornal das Senhoras”, que em seu primeiro editorial já anunciou “a vontade e o desejo de propagar a ilustração, e cooperar com todas as suas forças para o melhoramento social e para a emancipação moral da mulher”⁵.

Foi só a partir de 1870 que se identificou o surgimento de vários periódicos dirigidos por mulheres (DUARTE, 2003). Estes periódicos, porém, eram parte da imprensa alternativa, também conhecida como imprensa nanica, por terem uma tiragem bem menor do que a dos jornais tradicionais. A entrada das mulheres nas grandes redações ocorreu apenas no início do século XX (MUZART, 2003), e apesar de estar em consonância com as movimentações feministas no Brasil, a conquista do espaço da redação foi incorporada pelo mercado como oportunidade para obter-se “uma reserva de mão de obra barata para preencher os vazios segundo as exigências da situação” (KUNCZIK, 1997).

A jornalista Isabel Travancas, em sua etnografia de uma redação jornalística em 1992, narra o relato do jornalista Cícero Sandroni, 55 anos:

Mais uma vez emprega-se o termo ‘invasão’, ao se referir à presença das mulheres nas redações. Enfatiza ainda que é raro encontrar mulheres em cargos de chefia ou em Esporte. Para compensar, na área de reportagem, as mulheres estão em maioria. Supõe haver duas razões para isso: o fato de a mulher se esforçar mais, ser mais dedicada e de seu salário ser geralmente menor. E brinca: “Se eu tivesse um jornal, nele só colocava mulher.” (TRAVANCAS, 1992, p.76)

⁵ Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/700096/per700096_1852_00001.pdf

A presença feminina nas redações, portanto, era percebida como a “invasão” de um espaço considerado masculino, tanto de maneira simbólica quanto numérica. Hoje, a quantidade de mulheres dentro das redações supera a de homens: a pesquisa “Perfil do Jornalista Brasileiro” (UFSC, 2013) apontou que os jornalistas do país são majoritariamente mulheres brancas, solteiras, com idade inferior aos 30 anos. Apesar de 64% dos jornalistas brasileiros serem mulheres, os cargos de chefia não refletem o perfil da categoria: dados da pesquisa realizada pelo grupo Comunicação e Democracia apontam que, na região Sul, 15% das mulheres exercem algum cargo de chefia, ao passo em que entre homens este número sobe para 27% (gráfico 1). “A regra geral é, quanto mais alta a posição, mais provável é que pertença a um homem” (KUNCZIK, 1997, p.198).

Também observamos disparidades ao comparar os salários, por sexo, dos jornalistas do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina (gráfico 2). As mulheres são maioria na faixa dos que ganham até 4 salários mínimos (R\$3.152,00): 62% das mulheres contra 53% dos homens. Na faixa de 4 a 10 salários mínimos (R\$ 7.880,00) a diferença entre mulheres (38%) e homens (33%) é menor, mas ainda assim os homens são maioria. Já quanto aos jornalistas que ganham mais de 10 salários mínimos a desproporção é maior: 4% das mulheres contra 9% dos homens.

Gráfico 1:

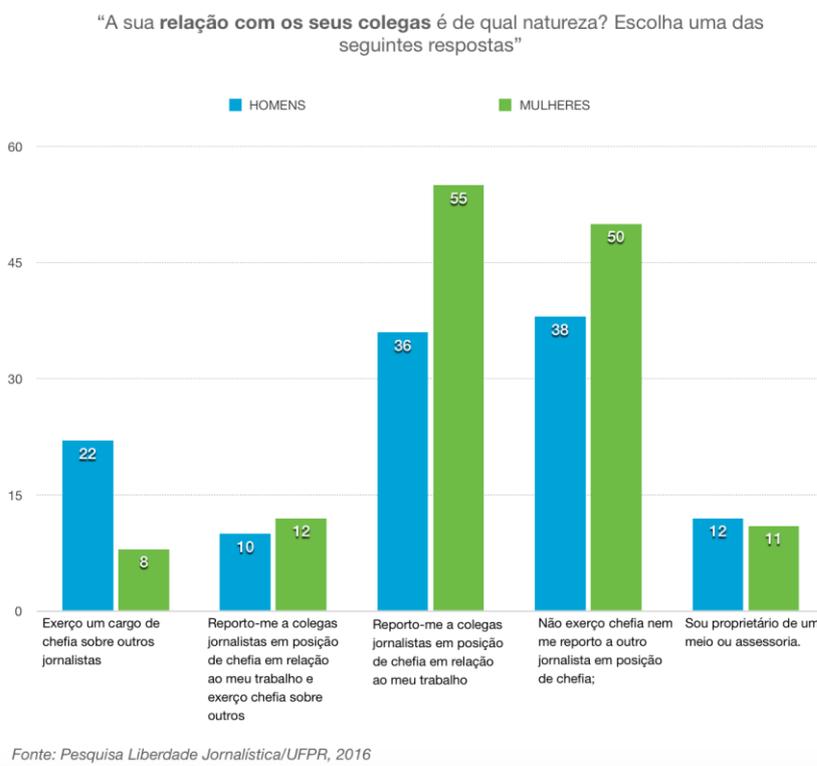
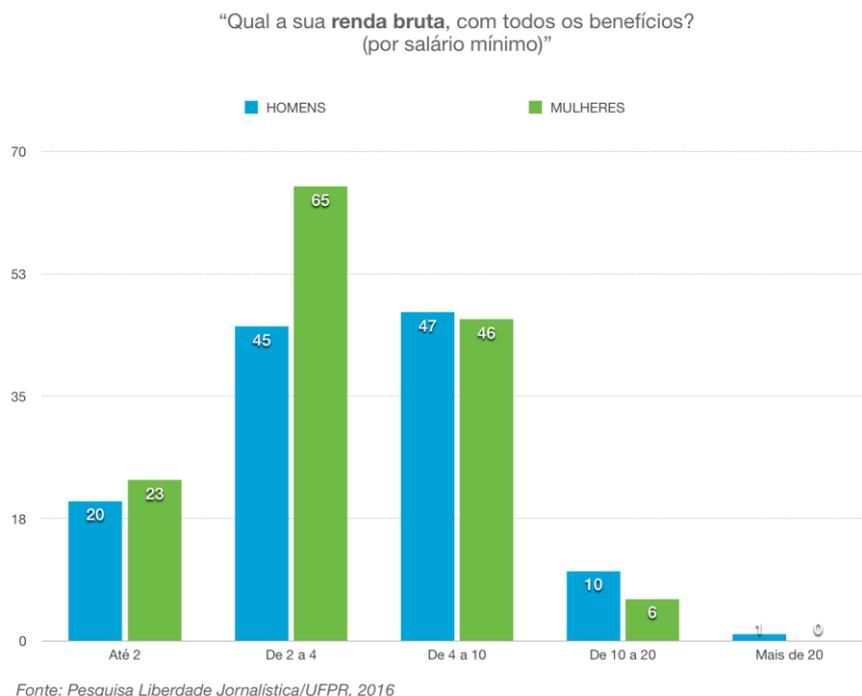


Gráfico 2:



O mundo dos jornalistas sofreu mudanças significativas no que diz respeito a abertura para as mulheres dentro das redações, mas ainda é possível perceber estruturas de desigualdade de poder entre homens e mulheres⁶.

ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), o conceito de violência é caracterizado como:

(...) uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” (KRUG et al., 2002, p. 5).

Dentro desta ampla abordagem do conceito de violência, descrevemos neste artigo a violência moral, dentro da qual se enquadra o assédio, mais especificamente o assédio moral contra mulheres no ambiente de trabalho. De acordo com o conceito elaborado por

⁶ Um exemplo recente é o caso da jornalista Marianna Ceccon, estagiária da CBN Curitiba em 2013, que foi assediada sexualmente pelo jornalista Airton Cordeiro, até então seu colega de trabalho. Ver em: <http://sindijorpr.org.br/noticias/2/noticias/4719/estagiaria-da-cbn-relata-assedio-sexual>

Marie-France Hirigoyen, quando falamos sobre assédio moral em local de trabalho nos referimos a:

(...) toda e qualquer conduta abusiva manifestando-se sobretudo por comportamentos, palavras, atos, gestos, escritos que possam trazer dano à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, pôr em perigo seu emprego ou degradar o ambiente de trabalho. (HIRIGOYEN, 1998, p.65)

Neste caso, portanto, fala-se do uso intencional do poder real ou em ameaça, contra outra pessoa, tendo como principais consequências os danos psicológicos e a degradação do ambiente de trabalho.

Tendo como base organizações hierárquicas, o assédio moral pode ser classificado de diversas maneiras, dependendo de quem é o agressor: vertical descendente, quando o assédio é proveniente de um superior em relação a seus subordinados; vertical ascendente, proveniente dos subordinados em relação a um superior; horizontal simples ou coletivo, quando a agressão moral parte de um ou mais trabalhadores em relação a um colega de serviço (ALKIMIN, 2005).

Alguns fatores fazem com que o tipo de assédio mais recorrente seja o vertical descendente. Entre eles podemos citar as novas relações de trabalho: com o crescimento da demanda por produtividade e competitividade no mundo pós-moderno, cresce a pressão exercida sobre os trabalhadores, podendo resultar em casos de assédio moral, mesmo que mascarados. Há ainda o puro abuso de poder, seja com o propósito de suprir a “necessidade de uma autoridade superior”⁷, com objetivos narcisistas, a partir da desumanização dos empregados, entre outros.

Quando há um recorte de gênero, nota-se que a maior frequência de assédios, no geral, é em relação às mulheres, sendo o agressor seu superior hierárquico⁸. Das mulheres brasileiras que sofrem com assédio, sejam eles verbais ou sexuais, a maior parte, 27%, tem entre 25 e 34 anos⁹, faixa etária semelhante àquela da maioria das mulheres jornalistas do sul do país (gráfico 3).

⁷ HIRIGOYEN, Marie-France. Assédio moral: a violência perversa no cotidiano, p. 86.

⁸ Dados da pesquisa aplicada pelo VAGAS.COM, que ouviu quase 5 mil pessoas de todo o Brasil. Disponível em: <http://www.vagas.com.br/profissoes/acontece/no-mercado/assedio-ronda-o-mundo-corporativo/>

⁹ Dados da pesquisa aplicada pelo DataFolha. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2015/11/1703472-mulheres-sofrem-mais-assedio-no-transporte-publico-segundo-datafolha.shtml>

Gráfico 3:

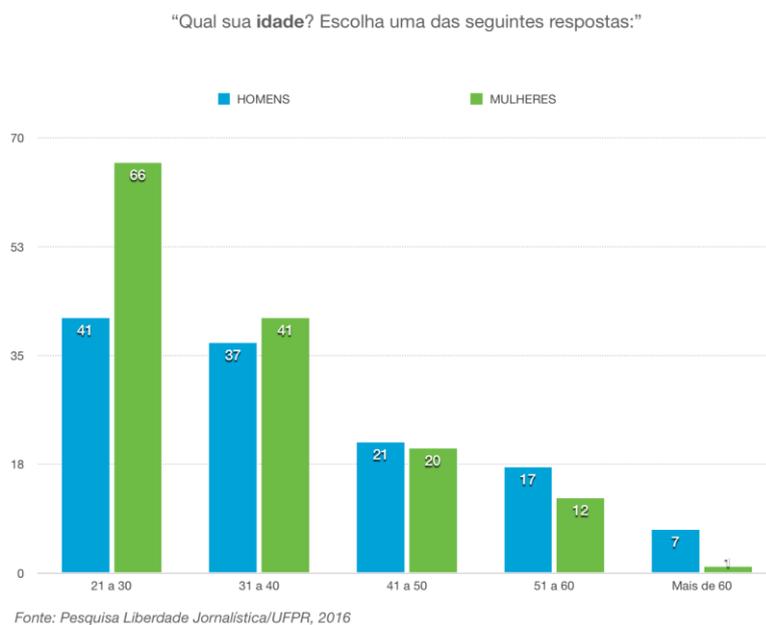
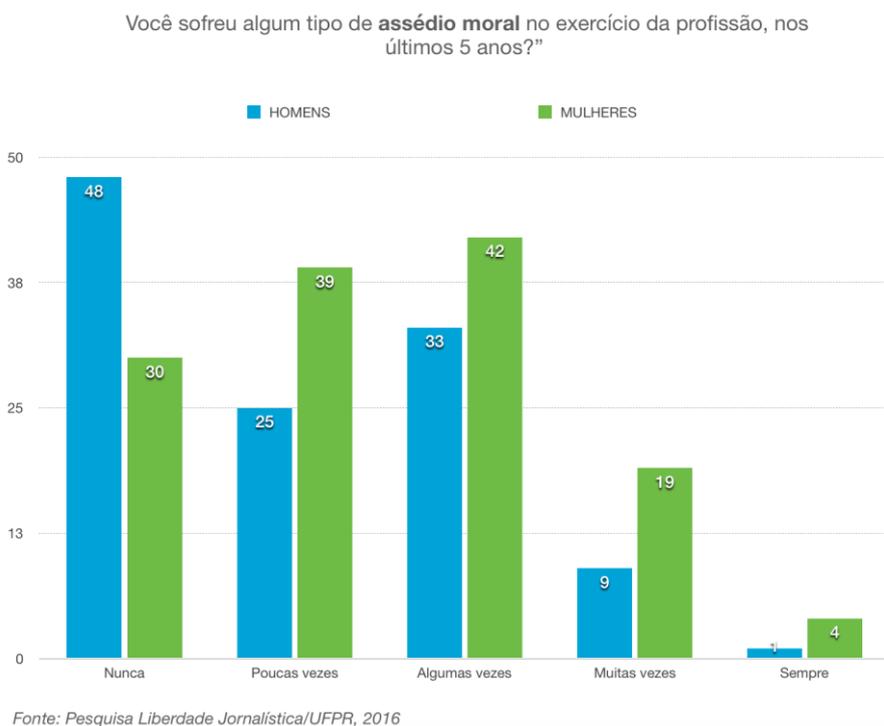


Gráfico 4:

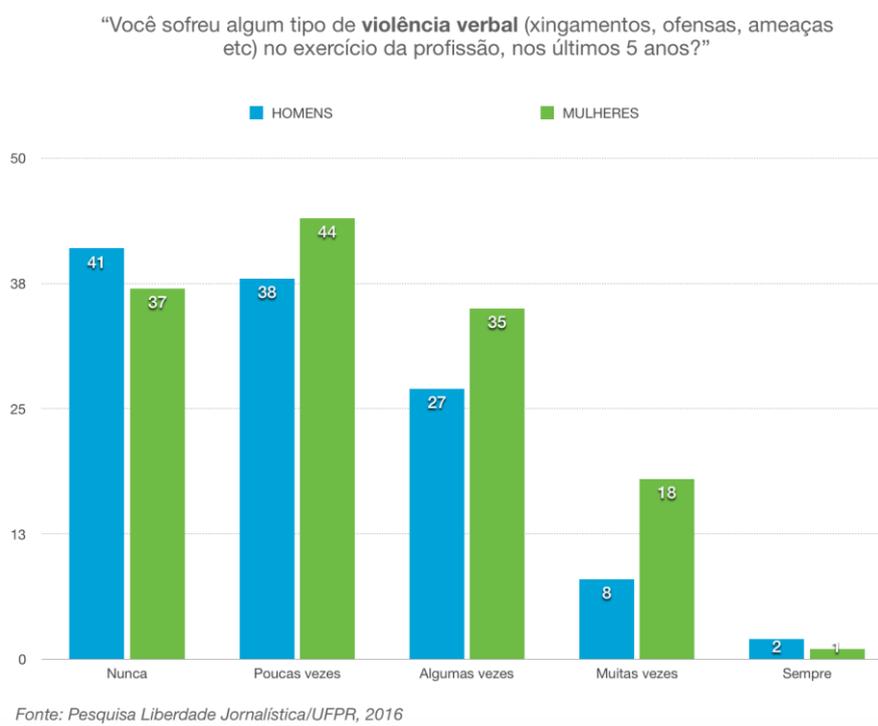


O gráfico 4 mostra a incidência de assédios em jornalistas da região sul, por sexo. Dentre as mulheres que alegaram nunca terem sofrido assédio, somam-se apenas 22,38%. Já a porcentagem de homens que nunca sofreram assédio é de 41,37%. Ou seja, a frequência de assédio moral em mulheres é 32,39% maior do que em homens.

O assédio é “a versão mais pública e mais bem-aceita da violência contra a mulher” (OLGA, 2014, p.52). Atribuímos, portanto, não apenas ao assédio sexual, mas também ao assédio moral por questões de gênero, a nomenclatura assédio de gênero — tipo de violência observada dentro da categoria dos jornalistas, levando em consideração a enorme disparidade entre as frequências de assédio contra mulheres e homens jornalistas.

Considerando a definição de Hirigoyen (1998), violências verbais também podem ser enquadradas como assédio moral. Seu caráter ofensivo atenta contra a integridade psíquica do indivíduo, além de submetê-lo, muitas vezes, a situações vexatórias. Ao fazer um recorte de gênero quanto a frequência com que os jornalistas da região sul do país sofrem violências verbais, tais como xingamentos, ofensas e ameaças, mais uma vez podemos constatar que as mulheres são o principal alvo (gráfico 5).

Gráfico 5:



A porcentagem de jornalistas mulheres que alegam sofrer violências verbais com alta frequência (muitas vezes e sempre) somam 14,07%. Já os homens somam 7,75%, quase metade da porcentagem de mulheres nesta mesma situação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de todos os avanços das últimas décadas, ainda percebemos que as maiores incidências de violências “invisíveis” são cometidas contra mulheres. O cotidiano, as notícias nos jornais e diversas pesquisas, tais como o “Perfil do Jornalista Brasileiro” e a pesquisa sobre liberdade jornalística realizada pelo grupo Comunicação e Democracia, nos permitem concluir que a sociedade ainda se organiza com base na dominação masculina — e o campo jornalístico não foge desta ordem. Isto se reflete nas disparidades de salários entre jornalistas homens e mulheres, na qual mulheres ganham menos do que homens, seja no âmbito nacional ou regional, como no caso da região Sul. A feminização das redações relaciona-se diretamente com o contexto da inserção da mulher no mercado de trabalho, não por uma questão de equidade, mas econômica: elas representavam mão-de-obra mais barata. E pelos dados coletados, até hoje o são.

Os dados apontam que jornalistas mulheres estão muito mais suscetíveis a sofrer assédios morais do que os jornalistas homens. O mesmo ocorre para as violências verbais. Enquanto homens são o principal alvo das violências físicas, as mulheres sofrem com violências menos explícitas, mas igualmente perversas e nocivas. Isto evidencia uma relação de trabalho marcada pelo machismo, que por si só já é uma realidade na contramão dos princípios democráticos, que pretendem assegurar os direitos das minorias. Ainda que as mulheres não sejam uma minoria em termos numéricos, o são nas esferas de poder e de decisão. Mas no que se relaciona ao trabalho jornalístico como pilar fundamental para a manutenção da democracia de massa, o machismo também se coloca como um empecilho, porque dificulta a presença feminina nas redações, especialmente nos cargos de poder. Isto implica na falta de representatividade das mulheres em cargos de poder justamente numa esfera de mediadores, mediadores de informação, que deveria ter por base os mesmos princípios da democracia: incluindo o da representatividade. As violências simbólicas existentes no campo jornalístico, e nelas se incluem as violências de gênero, também são consequência de uma restrição à liberdade jornalística.

REFERÊNCIAS

ALKIMIN, Maria Aparecida. **Assédio Moral na relação de emprego**. 1ª ed. (ano 2005), 4ª tir., Curitiba: Juruá, 2008

ABERT. Violações à liberdade de expressão, 2016. Disponível em: <http://www.abert.org.br/web/images/Biblioteca/Liberdade/Liberdadeimprensa2015.pdf>. Acessado em: 12/03/2016.

MESSAGI, Mário (Coord.). **Pesquisa sobre liberdade jornalística no Brasil**. No prelo.

DUARTE, Constância Lima. **Feminismo e literatura no Brasil**. Estudos Avançados., Sept./Dec. 2003, vol.17, no.49, ISSN 0103-4014 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300010. Acessado em: 20/03/2016

FENAJ. Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil. Fenaj: Brasília, 2015. Disponível em: http://www.fenaj.org.br/federacao/violencia/relatorio_fenaj_2015.pdf. Acessado em: 08/03/2016.

HIRIGOYEN, Marie-France. **Assédio moral: a violência perversa no cotidiano**. Tradução de Maria Helena Kühner. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 65

KUNCZIK, M. Mulheres jornalistas. **Conceitos de jornalismo: norte e sul - manual de comunicação**. Tradução de Rafael Varela. São Paulo: Editora da USP, 2002. Cap. 7.7, p. 196 a 200.

KRUG, E. G. et al. (Org.). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Geneva: Organização Mundial da Saúde, 2002

MICK, Jacques (Coord.), LIMA, Samuel. **Perfil do Jornalista Brasileiro: Características Demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012**. Florianópolis: Insular, 2013.

MUZART, Zahidé Lupinacci. **Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX**. Revista de Estudos Femininos, Florianópolis, v. 11, n. 1, Junho, 2003.

OLGA, Think. **Meu corpo não é seu: desvendando a violência contra a mulher**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

TRAVANCAS, Isabel. **O mundo dos jornalistas**. 3ª edição. São Paulo: Summus, 1992.

WOLTON, Dominique. **Internet, e depois?: uma teoria crítica das novas mídias**. 3ª edição. Editora Sulina, 2003.